

Internacionalização do Ensino Superior em duas universidades públicas em Moçambique: Um estudo comparativo

Internationalization of Higher Education in two public universities in Mozambique: A comparative study

Recebido: 03/12/2024 | Revisado: 06/12/2024 | Aceitado: 07/12/2024 | Publicado: 10/12/2024

Manuel Gaspar dos Santos, MSc.

Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: 703210025@ucm.ac.mz

Felipe André Angst, PhD.

Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: fangst@ucm.ac.mz

Oswaldo Afonso Gabriel Francisco, Ph.D.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1306-6027>
Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: ofrancisco@ucm.ac.mz

Brigitte Tomás Chichava, Lic.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6707-9322>
Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: 703230524@ucm.ac.mz

Resumo

A internacionalização do Ensino Superior é um conjunto de programas que as universidades adoptam para responder as políticas internas e externas no âmbito de formação (docente e estudantes), intercâmbio académico e mobilidade académica entre outras exigências impostas pela globalização. Assim, Atkinson descreve a Internacionalização do Ensino Superior como uma das maneiras pelas quais um país responde ao impacto da globalização, respeitando a individualidade da nação. Este estudo visa levar à compreensão do contributo da Internacionalização do Ensino Superior para qualidade de Ensino em Moçambique e especificamente, identificar os objectivos da Internacionalização do Ensino Superior; descrever a evolução do Ensino Superior e apresentar o contributo da internacionalização do Ensino Superior em Moçambique. A pesquisa é qualitativa e para a recolha de dados baseou-se da entrevista semiestruturada. Quanto à natureza é aplicada; quanto aos objectivos é descritiva e quanto aos procedimentos bibliográfica, pesquisa documental e comparativo. O estudo abrange duas universidades públicas, ambas localizadas na província de Nampula, nos bairros Napepine e Marrere, respectivamente. Portanto, através dos depoimentos, assim como da análise feita aos documentos colhidos no terreno, como Plano Estratégico das duas universidades públicas e os mapas de relações de cooperação com instituições dentro e fora do país, cimentam a ideia de que a internacionalização é, de facto, um mecanismo muito importante para garantir que as IES sejam cada vez mais instituições de qualidade.

Palavras-chave: Internacionalização; Ensino Superior; Qualidade de Ensino.

Abstract

The internationalization of Higher Education is a set of programs that universities adopt to respond to internal and external policies in the field of training (teachers and students), academic exchange, and academic mobility among other demands imposed by globalization. Thus, Atkinson describes Higher Education Internationalization as one way a country responds to globalization's impact, respecting the nation's individuality. The study aims to lead to an understanding of the contribution of the Internationalization of Higher Education to the quality of Education in Mozambique and specifically; to identify the objectives of the Internationalization of Higher Education, it also describes the evolution and presents the contribution of the internationalization of Higher Education in Mozambique. The research is qualitative, and data collection was based on semi-structured interviews. As for the nature it is applied; in terms of objectives, it is descriptive, and in terms of bibliographical procedures, documentary, and comparative research. The study covers two public universities, located in the Nampula province in the Napepine and Marrere neighborhoods, respectively. Therefore, through the testimonies, as well as the analysis made of documents collected in the field, such as the Strategic Plan of the two public universities and the maps of cooperation relations with institutions inside and outside the country, they cement the idea that internationalization is an important mechanism to ensure that HEIs are increasingly quality institutions.

Keywords: Internationalization; Higher Education; Quality of Teaching.

1. Introdução

O Ensino Superior é o repositório do conhecimento científico, bem como o garante de mão-de-obra qualificada para qualquer Estado. Portanto, para tal é necessário maior investimento na qualidade do ensino. E num mundo cada vez mais homogêneo, encontrar políticas e paradigmas do ensino holísticas faz-se necessário. É, pois, neste âmbito em que o presente artigo científico expõe como tema a Internacionalização do Ensino Superior em duas Universidades Públicas em Moçambique: um estudo comparativo.

Ao longo deste artigo será possível compreender as várias dimensões da Internacionalização, tal como refere Atkinson (2001), que é uma das maneiras pelas quais um país responde ao impacto da globalização, respeitando a individualidade da nação. do Ensino Superior diferentes as actividades, tais como mobilidade e intercâmbio de estudantes e docentes, educação à distância, programas de cooperação entre instituições de ensino superior, adaptação curricular, entre outras nuances que fazem parte da internacionalização do ensino superior.

Numa altura em que a globalização dilui as fronteiras físicas, as Instituições do Ensino Superior (IES) não ficam alheias a essa realidade. Pois, para garantir a competitividade em termos de qualificação e concorrência no mercado de emprego, o ensino superior toma partido em aderir políticas globais do ensino superior. Daí que, segundo Yang (2002), as universidades em todo o mundo têm se esforçado para responder de forma apropriada aos estímulos provenientes do estreitamento de laços entre os países mediante a internacionalização de suas actividades.

É resultado da Internacionalização do Ensino Superior, a contratação de docentes estrangeiros, através de parcerias de cooperação com Brasil e Portugal, Alemanha, china, etc, abarcando áreas de apoio a leccionação, mobilidade de professores, participação mútua em seminários e conferências e realização de pesquisas muito focalizadas.

De referir que, na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1997 foi assinado um protocolo sobre a educação, tendo como orientações: as instituições do ensino superior nos Estados-membros, reservar pelo menos 5% de admissão, para estudantes de países da SADC; os Estados-membros acordam em trabalhar no sentido de harmonização, equivalência e eventual normalização dos requisitos de entrada da Universidade. (Chavale, 2016).

Ainda o autor afirma que os Estados-membros concordam que, para evitar a repetição dispendiosa de cursos tomadas em universidades no interior da região e no fim de contribuir para o reconhecimento mútuo das qualificações em toda a região, as universidades devem ser incentivadas a desenvolver mecanismos para facilitar a transferência de crédito de uma universidade para outra no interior da região.

Este estudo visa levar à compreensão do contributo da Internacionalização do Ensino Superior para melhoria de qualidade de Ensino Superior em Moçambique e especificamente, identificar os objectivos da Internacionalização do Ensino Superior; descrever a evolução do Ensino Superior e apresentar o contributo da internacionalização do Ensino Superior em Moçambique.

2. Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa social, feita com pessoas, por meio de entrevistas e questionários (Pereira et al., 2018). Para o desenvolvimento deste artigo, o pesquisador utilizou uma abordagem qualitativa, sendo o método que permitiu o pesquisador adentrar nos espaços traçados pelo estudo, buscando analisar diferentes nuances sobre a Internacionalização do Ensino Superior em duas Universidades Públicas em Moçambique: um Estudo Comparativo. Portanto, a metodologia consiste em estabelecer relações, seleccionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, montar um diário, assim por diante (Geertz, 2008).

O método bibliográfico de apoio, utilizado neste trabalho consistiu, segundo (Lakatos & Marconi, 2019), na preocupação de realizar um estudo, sobre a internacionalização do ensino superior em Moçambique. Baseou-se de consulta de obras físicas e virtuais, relacionadas com o tema em destaque. O tipo de entrevista utilizado, segundo Amado (2020) é semiestruturada, porque é flexível, pois na recolha de dados para este estudo, permitiu o uso de perguntas abertas e fechadas, sendo que outras surgiam espontaneamente. A entrevista foi direccionada aos três participantes, designadamente: Chefe do Departamento de Formação do Corpo Docente e de Investigação; Director Científico e o Director Adjunto Pedagógico. Portanto, com este instrumento de recolha de dados, o proponente conseguiu aferir junto dos sujeitos, as diferenças e semelhanças existentes nessas instituições de Ensino Superior, sobre tudo o que tem que ver com a internacionalização.

Para o tratamento de dados recolhidos, foi usado o método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (1994), no seu viés qualitativo onde o proponente descreveu e interpretou o conteúdo da entrevista.

3. Resultados e Discussão

Para analisar os dados colhidos através de entrevista semi-estruturada, o proponente codificou os sujeitos que participaram do trabalho em: CHEDEFU-Chefes de Departamento de Formação do Corpo Docente e de Investigação; DIRC-Director Científico e DAP – Director Adjunto Pedagógico. A análise de dados do presente artigo com o tema Internacionalização do Ensino Superior em Duas Universidades Públicas em Moçambique: um Estudo Comparativo baseou-se de seguintes construtos categóricos:

- (A) Internacionalização do ensino superior em Moçambique
- (B) Evolução do Ensino Superior em Moçambique e
- (C) Contributo da internacionalização na qualidade do Ensino Superior em Moçambique.

Para discutir os dados, o proponente começa por apresentar as proposições relacionadas com o primeiro construto.

(A) Internacionalização do ensino superior em Moçambique

Sobre a internacionalização do ensino superior em Moçambique foram elaboradas as seguintes premissas: internacionalização do ensino superior, mobilidade académica, Interculturalidade e Intercâmbio académico.

Em relação à definição de internacionalização, Soderqvist (2002) apresenta três visões ou perspectivas. Inicialmente, define a internacionalização da Educação Superior como sendo o processo de integração da educação internacional no currículo centrado nas actividades, este enfoque busca aumentar a cooperação internacional para assegurar aos países uma maior competitividade científica e económica. Todavia, a segunda perspectiva da internacionalização da Educação Superior é definida (*Ibid*, 2002), como o processo de transformação de uma instituição de educação superior nacional, numa instituição de educação superior internacional, durante o qual se introduz uma dimensão internacional em todos os aspectos de sua gestão holística com o duplo objectivo de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e adquirir as competências desejadas. Já, a terceira perspectiva do processo internacionalização é definida por Knight (2003), como sendo um processo de integração da dimensão internacional/intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma universidade. Nesta definição, a internacionalização é caracterizada como um processo dinâmico que vai além da simples realização de actividades no âmbito internacional. A seguir apresentamos os pontos de vista dos respondentes, para na sequência serem comentados em relação às definições apresentadas anteriormente:

Quanto à internacionalização, os participantes afirmaram:

“no meu entendimento, a relação internacionalização do ensino superior, vamos falar aqui da extrapolação das fronteiras que temos colocadas no funcionamento e a abrangência da instituição. Isso significa a possibilidade de

uma instituição de ensino superior ter abrangência além da unidade territorial ou do país onde essa instituição funciona. Então, de forma somária, isso que eu entendo como sendo a internacionalização de diversas formas.” [CHEDEFU].

“Internacionalização é nada mais nada menos que programas que acontecem no ensino superior que tem a ver com mobilidade e intercâmbio acadêmico. É um sistema que ajuda as universidades a crescer dentro e fora do país.” [DAP].

“A internacionalização do ensino superior tem a ver com a cooperação que as universidades devem fazer com universidades de outros países. Importação de tecnologia, interação entre instituições de ensino superior. A internacionalização permite professores bem como estudantes rumarem para outros países a fim de estudar.” [DIRC].

Do cruzamento de ideias, constatou-se que a visão dos entrevistados coincide grandemente com os autores Knight (2003) e Soderqvist (2002) no ponto relativo à institucionalização e internacionalização do ensino superior moçambicano.

O proponente do estudo entende de mobilidade académica como a oportunidade dada aos estudantes, bem como docentes de continuar os estudos fora do país, na região africana ou no estrangeiro.

Porém, Costa & Gonçalves (2020) definem mobilidade académica internacional como sendo uma oportunidade de crescimento pessoal e académico que implica ousadia para “sair fora da caixa” por parte de quem se proponha viver esta experiência, uma vez que não é fácil criar coragem para desbravar o mundo e viver em outro país, longe do conforto e da estabilidade do lar.

Para os autores, a mobilidade académica permite o estudante aprender novas culturas, ampliar os horizontes de conhecimentos, aprender a lidar com situações de estresse emocional, amadurecer pessoal e profissionalmente são alguns dos desafios presentes num acordo de mobilidade académica, qualquer que seja a modalidade escolhida.

Questionados sobre mobilidade académica, os entrevistados afirmaram que:

“Professores ou funcionários nossos participam de eventos organizados por instituições de ensino superior estrangeiras. Também temos a componente do ensino, em que alguns professores estrangeiros têm administrado algumas aulas em temas específicos, têm participado em juro de defesas, sobretudo ao nível da pós-graduação. Mas isso também ocorre no sentido inverso, em que nossos professores também são convidados a participar de mesas de juro de defesas em instituições de ensino superior fora do país.” (CHEDEFU).

“Quero no meu entender dizer a mobilidade horizontal seria a mobilidade dentro da própria instituição. Ainda não temos exemplos de um grupo de docentes ou estudantes que ganhou um projecto de mobilidade e que essa mobilidade é feita ou de Nampula para Niassa, ou de Niassa para Cabo Delgado. Penso que não temos, mas o que nós temos mais é a mobilidade vertical, que na minha opinião seria de outras instituições. Então, essa é a que nós mais temos. Se calhar, na política de mobilidade que nós estamos agora a pensar em elaborar, então temos que ver como promover esses outros tipos de mobilidade” (DIRC).

“Mobilidade tem a ver com a questão da entrada ou saída de estudantes de um país. Assim como professores e o corpo técnico-administrativo nessa possibilidade de terem um alcance fora do seu território nacional. Porém, podemos ter um tipo de mobilidade que acontece dentro do mesmo país, como por exemplo um grupo de docentes ou estudantes que ganhou um projecto de mobilidade e que essa mobilidade é feita ou de Nampula para Niassa, ou de Niassa para Cabo Delgado.” [DAP].

Os entrevistados deixam claro que a mobilidade acadêmica é uma realidade nessas instituições de ensino superior. Apesar de trazerem dois elementos em simultâneo mobilidade e intercâmbio, porém deu para perceber que tanto estudantes quanto docentes têm saído para estudar no estrangeiro, depoimentos que se alinham com Costa & Gonçalves (2020) autores que falam da mobilidade acadêmica.

Neste contexto, Ramos (2013) aponta interculturalidade como um conceito que promove a interação, o respeito e a compreensão entre diferentes culturas e grupos étnicos. No contexto da internacionalização, a interculturalidade pode ser importante para: Promover a troca de experiências e conhecimentos entre culturas, preservar as identidades culturais, estabelecer um diálogo entre culturas, lidar com a diversidade cultural.

Sobre a componente de interculturalidade, os entrevistados afirmaram:

“Um dos requisitos para se sair fora do país é o domínio de língua. Portanto, a mobilidade acadêmica está enquadrada a área do objecto de um projeto de mobilidade. Mas cima de tudo a questão do domínio da língua se revela importante, porque o domínio de língua do país em que vai continuar com os estudos ajuda na aquisição de fabulosos resultados.” (CHEDEFU).

“Para responder a questão de internacionalização e a interculturalidade, todos os cursos. Todos os cursos têm a disciplina do inglês e, normalmente, tem sido no segundo ano, nos planos anteriores. Mas, agora, na nova estrutura curricular, há níveis. Tem inglês 1, tem inglês 2, com a ideia de poder garantir o maior domínio da língua inglesa.” [DIRC]

“A componente da interculturalidade possibilita o estudante se socializar com outros povos, respeitando os limites culturais. Um dos elementos que tem criado limitação para os estudantes assim como docentes seguirem para outras partes do mundo para estudar é o factor língua. Razão pela qual, a nossa instituição lecciona chinês e Inglês.” [DAP]

Tanto os autores quanto os entrevistados convergem na ideia de que a língua é um factor decisor na mibilidade academica para a efectivacao a interculturalidade. Os autores não apenas falam de domínio de língua. Falam também do respeito à diversidade cultural, sobretudo para os estudantes que por via de mobilidade vao estudar fora dos seus paises de origem.

O Intercambio académico é um outro elemento muito discutido na internacionalização, por ser a via que a comunidade académica usa para demonstrar sua experiência com comunidades académicas de dentro do país ou do estrangeiro. A partir do intercambio cultural muitas actividades podem ser desenvolvidas, nomeadamente: jornadas científicas; simpósios; actividades culturais.

Assim, Pereira, Silva et al. (2013) define intercâmbio como forma de trocar informações, crenças, culturas, conhecimentos. Nesse sentido, a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos, abre novas perspectivas, auxilia na superação de dificuldades, pois o intercambista precisa se adaptar ao ambiente, enfrentar desafios e crescer sobretudo na perspectiva de fortalecimento emocional, haja vista que a distância dos laços afectivos de origem propicia a vulnerabilidade no processo de tomada de decisões da vida pessoal e profissional.

Em relação aos programas de intercâmbio, em outros países, os entrevistados entendem que:

“Os programas de intercâmbio buscam promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica. Então penso que o intercâmbio, em algum momento, tem contribuído dessa maneira para

a competitividade entre as instituições. Penso que há algum momento em que a questão da internacionalização não era uma questão de interesse nas instituições de ensino superior, não era uma grande questão de interesse, poucas. As instituições mais antigas da universidade já tinham essa coisa.” (CHEDEFU).

“Eu penso que o intercâmbio contribui para a competitividade entre as universidades, na medida em que são partilhadas experiências, ou resultados deste intercâmbio. Se há uma instituição que vai buscar parceria com uma universidade do Manaus, a outra instituição, em algum momento, vai se sentir forçada, vai se sentir na obrigação de poder buscar outros caminhos, para vencer os mesmos, mas buscar outros caminhos, de modo a melhorar o seu funcionamento em resultado do intercâmbio que houve. Vamos imaginar uma situação em que a nossa universidade busca parceria com alguma universidade do Malawi, tem resultados positivos, sentimos alguma melhoria naquilo que é a prática, então a outra instituição poderá buscar dessa experiência para também melhorar a sua prestação.” [DIRC]

“A acção de intercâmbio acontece na nossa instituição. Ainda no mês passado um grupo de colegas estiveram envolvidos em actividades no parque nacional de Gilé em um claro intercambio. Portanto, como instituição do ensino superior estas actividades servem de troca de experiência e agregam novos valores. Dizer que a nossa instituição também tem sido o local escolhido para uma troca de experiência em várias áreas de saber.” [DAP]

Tal como noutros pontos deste trabalho, os entrevistados demonstram ter domínio na área em que actuam. Esta realidade é verificável pela forma como eles apresentam seus depoimentos. Relativamente a esta questão, os entrevistados cruzaram objectivamente, suas ideias, com os autores supracitados ao afirmarem que o intercâmbio académico apensar de também respeitar a componente linguística, através dele os envolvidos buscam promover a consolidação e competitividade entre as universidades.

(B) Evolução do Ensino Superior em Moçambique

O sistema de educação moçambicano é composto por três níveis. O nível primário, secundário e terciário, ou universitário. Em Moçambique até a proclamação da Independência Nacional já havia uma universidade denominada Universidade de Lourenço Marques fundada em 1962. Como na altura as políticas não permitiam que muitos negros tivessem acesso à educação, maior número de estudantes dessa instituição eram de filhos de colonos.

Porém, havendo a necessidade de adequar o Ensino Superior a realidade moçambicana, depois da Independência, muito concretamente no ano 1976 a instituição passa ao nome de Universidade Eduardo Mondlane (UEM), digamos, em honra ao ícone Eduardo Chivambo Mondlane, (Taimo, 2010).

Não se pode falar de evolução do ensino superior sem se mencionar da Expansão do Ensino Superior em Moçambique, porque no entender do proponente do estudo, desde 1975 até os nossos dias, o governo tem investido na expansão do ensino, tanto em todas as províncias e alguns distritos já têm implantados algumas universidades, quer públicas e privadas. O governo não apenas pautou pela expansão, mas também introduziu uma série de mecanismos de garantia de qualidade como são os casos de CNAQ e SINAQES. Obtivemos as seguintes declarações:

“Um dos desafios que a universidade tem é de se expandir para todos os distritos, bem como Postos Administrativos. A título de exemplo a nossa universidade conta com uma faculdade na província de Niassa, no distrito de Sanga, Posto Administrativo de Unango. Não apenas estendemos os serviços, garantimos também qualidade e agregamos a isso a componente internacionalização. Portanto, é isto é que nós chamamos evolução do ensino superior” (DAP).

“Entendo expansão universitária como o surgimento de universidades públicas e privadas noutros locais. O surgimento de universidades nas províncias, distritos e algumas localidades é sim expansão que se diz das instituições do ensino superior. Este é o meu entendimento” [CHEDEFU].

“Reza a história que a primeira universidade em Moçambique surge nos anos de 1962, cuja maioria dos estudantes eram filhos de colono. Mais tarde houve necessidade, já nos anos 90 começa a se pensar a necessidade de as instituições do ensino superior deixarem de pertencer a elite e passarem a ser implantadas noutras províncias. Isto felizmente aconteceu. Actualmente, é possível estudar numa universidade na sua província, no seu distrito e na sua localidade se for o caso. Portanto, para mim, expansão é isso. Mais o que acontece é que a massificação as vezes é inimiga da qualidade. Talvez seja outro ponto a discutir.” [DIRC].

Os entrevistados bem como os autores apresentam convergência no entendimento do que é expansão do Ensino Superior em Moçambique. Entendem que a expansão está ligada com a chegada das universidades nas províncias, distritos, postos administrativos, onde antes não haviam.

Machava (2022), sobre a evolução e expansão do ensino superior em Moçambique, afirma que:

Seis décadas após, Moçambique conta com 64 instituições de ensino superior, sendo 22 públicas e 44 privadas e, depois de um longo período de uma certa elitização do ensino superior, em que só se podia ter acesso na capital do país, começou, na segunda metade da década de 2000, o movimento de expansão das universidades públicas pelo país, tendo-se criado a Universidade Lúrio, que cobre o Norte do país, com cursos mais virados à saúde, e, mais recentemente, outras universidades, como a UniSave e UniRovuma, como corolário da fragmentação da extinta Universidade Pedagógica (Machava, 2022).

A globalização é outro desiderato da expansão, evolução e competitividade nas instituições do ensino superior, dentro e fora do país (internacionalização). Foi através da globalização que surge, na Itália, a Declaração de Bolonha cujo parte de seu objectivo foi de harmonizar a forma de atribuir os créditos às unidades curriculares (disciplinas) no espaço europeu e mais tarde com outros países como Moçambique. Assim, definiu-se que os créditos devem ser atribuídos em função do número total de horas de trabalho que os estudantes têm de efectuar para realizarem uma unidade curricular (Azevedo, 2008).

(C) Contributo da internacionalização na qualidade do Ensino Superior em Moçambique

No que se refere ao contributo da internacionalização na qualidade do Ensino Superior em Moçambique, o proponente afirma que no caso vertente a Moçambique, as instituições de ensino superior sempre primaram pela qualidade quer das instituições, quer dos estudantes bem como do corpo docente. As instituições do ensino superior devem ser construídas incorporando todos os espaços necessários para a garantia de qualidade dentro da instituição, como bibliotecas equipadas com obras de diversas áreas de saber, salas com uma dimensão aceite dentro de padrões normativos, número de alunos por curso também dentro daquilo que é estabelecido por padrões normativos. Todavia, para que tudo isto se efective, faz-se necessário a criação de instituições que fiscalizem tais acções. E, por formas a garantir maior qualidade nas instituições do ensino superior no país, o governo criou duas entidades a CNAQ e a SINAQES, além disso, a cooperação que Moçambique com outros países tem trazido ganhos significativos na qualidade do Ensino Superior no país.

Entretanto, foi nos termos do Decreto n.º 57/2022 de 25 de Outubro que se cria o Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior, abreviadamente designado por CNAQ, instituição de direito público dotada de personalidade jurídica e autonomia técnica, administrativa e disciplinar. Nos termos do mesmo decreto, no seu artigo 5, a CNAQ tem como função: assegurar a harmonia, a coesão e a credibilidade do sistema de avaliação, acreditação e acompanhamento da qualidade no ensino superior, através de: a) realização de avaliações externas as instituições do ensino superior; b) acreditação das

instituições do ensino superior; c) participação na promoção e garantia de qualidade do ensino em Moçambique, em particular do ensino superior; e d) estabelecimento de parcerias com outras instituições homólogas.

Neste caso, o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior, abreviadamente designado por SINAQES, criado através do Decreto n.º 91/2023 de 29 de Dezembro surge como um conjunto de normas, procedimentos, ferramentas coerentes e articuladas que visam concretizar os objectivos de garantia da qualidade, operadas pelas Instituições do Ensino Superior (IES) e outros intervenientes com interesse no Subsistema do Ensino Superior. Obtivemos as seguintes declarações dos participantes:

“Temos um órgão dentro da instituição. Um gabinete de melhoria de qualidade que usa todos estes instrumentos para o seu trabalho. Tem como ferramentas a lei do ensino do ensino superior e como é o caso também do decreto Decreto n.º 57/2022 de 25 de Outubro, Estatutos do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior. Como uma instituição superior pública, funcionamos com leis e decretos. Não se abre espaço de especulação. Mesmo em casos de infracção, ou algo que extrapole a norma. A instituição usa as mesmas normas para defender ou para responsabilizar o violador, se for o caso.” [DAP].

“O CNAQ é um órgão que supervisiona, em algum momento, o ensino superior. Então nós queremos, a partir desse CNAQ, que é o órgão apropriado, e como instituição pública, preparar a nossa instituição face às exigências da internacionalização dentro e fora do país.” (CHEEFU).

“Sei dizer que CNAQ é um órgão de direito público dotada de personalidade jurídica e autonomia técnica, administrativa e disciplinar. É certamente um estatuto que atribui várias responsabilidades.” [DIRC].

No entender do proponente, os sujeitos entrevistados têm noção de que é necessário haver órgãos que fiscalizam as IES é por via desses órgãos que tudo podem fazer para garantir qualidade no ES. Aquando da entrevista os sujeitos falaram de uma entidade fiscalizadora CNAQ criado pelo Decreto n.º 57/2022 de 25 de Outubro, mas não fazem menção do SINAQES criado através do Decreto n.º 91/2023 de 29 de Dezembro cujo objectivo é garantia da qualidade, operadas pelas Instituições do Ensino Superior (IES) e outros intervenientes com interesse no Subsistema do Ensino Superior.

Ora, ciente deste facto, o governo introduziu uma série de dispositivos e instrumentos, como sejam, entre outros, o Sistema Nacional de Acreditação, Avaliação e Garantia de Qualidade (SINAQUES), o Fundo para a Melhoria de Qualidade e Inovação (QIF), o Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA), assim como iniciou a mais importante reforma da estratégia de financiamento das IES. Estes instrumentos, porém, ainda carecem de operacionalidade efectiva com vista a produzirem os resultados esperados.

Para garantir o alcance dos objectivos da internacionalização, sem dúvida, é necessário que as IES abram portas para vários Parceiros de cooperação (financeira), dentro e fora de Moçambique.

O financiamento do ensino superior é feito por meio de várias modalidades de intervenção, a destacar as seguintes:

a) Financiamento directo às IES públicas através do OGE Dotações orçamentais directas às instituições, através da submissão de propostas específicas ao Ministério das Finanças dentro das propostas anuais de Orçamento do Estado.

b) Financiamento directo às IES públicas através de outros mecanismos Doações de instituições de cooperação internacional (p.e. Fundo Nacional de Investigação – FNI); Crédito bancário externo (p.e. Banco Mundial incluindo o Fundo do Desenvolvimento Institucional - FDI, BADEA); Crédito da banca comercial nacional; Contribuição dos estudantes (propinas).

c) Financiamento das IES privadas através de várias fontes Contribuição dos estudantes (propinas); Crédito bancário

nacional; Investimento Directo Estrangeiro.

d) Financiamento indirecto às IES públicas e privadas Programa de bolsas de estudo através do Instituto de Bolsas de Estudo e outras fontes de bolsas.

As principais fontes de financiamento das IES públicas são o Estado e os parceiros de cooperação (fonte externa). Contudo, apesar de serem pouco significativas, as IES públicas contam, ainda, com receitas próprias provenientes, fundamentalmente, do pagamento de propinas e de geração de rendimentos. As declarações dos respondentes foram:

“Temos parceria com a União Europeia. Porém, a Alemanha coopera com a nossa instituição na componente agrícola, assim como na componente educacional. A título ilustrativo, a União Europeia encontra-se neste momento com três (3) projectos em manga com a nossa. Portanto, é com cooperação que pode ser possível cumprir as três (3) premissas da existência de uma Instituição do Ensino Superior (IES), sendo ensino, extensão e pesquisa” (CHEDEFU).

“Quanto aos acordos, existem vários acordos de cooperação, podemos passar uma lista desses acordos, temos acordos dentro do país com diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, instituições de carácter religioso, organizações não governamentais e temos também acordos de cooperação fora do país, praticamente em todos os continentes. Temos acordos com a Ásia, temos acordos com a Europa, temos acordos com a Austrália, um pouco com todos os continentes.” [DIRC].

“Apesar de não ter de forma estatística o número exacto de parceiros de cooperação, o que tenho a garantir é que temos acordo firmados com muitos organismos internacionais na união europeia, com destaque para Alemanha e Portugal, na América Central e do Sul, a Cuba e Brasil. Dentro da região africana destaco Congo e Malawi. Então, uma instituição pública como a nossa que prima pela qualidade, firmar acordos com parceiros é uma prioridade”. [DAP].

Como foi possível verificar, as universidades têm como base de suporte as parcerias internas e estrangeiras. O governo subsidia as universidades públicas por meio do Orçamento do Estado. Além disso, as receitas internas têm servido para suportar algumas despesas.

4. Considerações Finais e Conclusão

Em jeito de considerações finais, faz-se necessário trazer à tona a súmula daquilo que corporizou o artigo. Debateu-se neste artigo a Internacionalização do Ensino Superior nas duas instituições públicas: um estudo comparativo. Nisto, fez-se uma busca pela compreensão da mobilidade e intercâmbio académicos, Expansão do Ensino Superior em Moçambique, Globalização, Comissão nacional de avaliação de qualidade (CNAQ), Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) e Parceiros de cooperação (financeira).

Entretanto, serviu-se da entrevista semiestruturada para a recolha de dados junto das duas universidades públicas. A constatação que se fez depois da recolha dos dados e combinado com o que os autores que falam sobre a internacionalização do ensino superior foi encontrar pontos convergentes que tem que ver com a forma como as duas universidades concebem o intercâmbio bem como a mobilidade académica. Para a garantia de qualidade das universidades, os sujeitos envolvidos no estudo apresentaram organismos que tutelam as duas universidades no âmbito de fiscalização, sendo a CNAQ, SINAQES.

Portanto, através dos depoimentos, assim como da análise feita aos documentos colhidos no terreno, como Plano Estratégico das duas universidades e os mapas de relações de cooperação com instituições dentro e fora do país, cimentam a

ideia de que a internacionalização é, de facto, um mecanismo muito importante para garantir que IES sejam cada vez instituições de qualidade.

Referências

- Azevedo, M. L. N. de & Catani, A. M. (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.
- Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdos*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara, I. (2023) O que é Ensino Superior: “e por que é tão importante?” disponível em: Ensino superior: o que é, tipos e por que é importante? | Alura. Acesso em 17 de Junho de 2014
- Cavalcante, J. F. (2009) *Educação Superior: “conceitos, definições e classificações”*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Brasília;
- Carqueira, D. T. (2003). Em busca de uma definição de extensão universitária no Brasil: conceito, limites e características. *Extensão em Rede. Revista de Extensão do sistema ACADE*
- Chavale, A. (2016). *A Internacionalização do Ensino Superior em Moçambique: O Caso da Universidade Pedagógica*. Artigo Científico. Maputo, Moçambique.
- Costa, J. & Gonçalves, V. (2020) *A importância da mobilidade académica internacional na vida discente*. *adolesCiência - Revista Júnior de Investigação*.
- Figueirôa, C. C. (2021). *Internacionalização do Ensino Superior: um contributo para o estudo das estratégias da UBI e da UFJF*;
- Geertz, C. (2008) *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC
- Knight, J. & Wit, H. (1995) ‘Strategies for internationalization of higher education: Historical and conceptual perspectives’, in J. Knight and H. de Wit (eds) *Strategies for Internationalization of Higher Education*.
- Knight, J. (2003) *Internationalization of higher education: practices and priorities*. *Quarterly Journal of International Association of Universities*, 1(4), pp. 33-47,
- Knight, J. (1997) ‘Internationalization of higher education: A conceptual framework’, in *Strategies for Internationalization of Higher Education*.
- Laita, M. S. V. (2014). *Implicações do Processo de Bolonha na Organização dos Planos Curriculares e nas Práticas Pedagógicas na Universidade Católica de Moçambique*. Faculdade de Educação e Psicologia. Porto;
- Machava, R. (2022). *Ensino superior oscila entre expansão*. “Jornal O País”. Maputo, 22 de Junho de 2022. opais.co.mz/ensino-superior-oscila-entre-expansao-e-baixa-qualidade.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projectos relatórios, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo;
- Pereira, E. R., Silva, R. M., Costa, R. A. et al., (2013). *Intercâmbio académico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico*.
- Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Ed. UAB/NTE/UFMS.
- Ramos, N. (2013). *Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. The overarching issues of the European space* Porto: Editora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.343-360.
- Rodney, V. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Seara Nova.
- Soderqvist, M. (2002). *Internationalization and its management at higher-education institutions: Applying conceptual, content and discourse analysis*. Helsinki, Finland: Helsinki School of Economics;
- Taimo, J. U. (2010) *Ensino Superior em Moçambique: “História, Política e Gestão”*. Piracicaba, SP;
- Wit, H. de. (2013). *Internationalisation of higher education, an introduction*. Em: H. D. WIT, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, pp. 13-46.
- Yang, R. (s.d.). *University Internationalisation: Its Meanings, Rationales and Implications*. In: *Intercultural Education*, 13(1), 2002.
- Decretos**
- Decreto n.º 57/2022 de 25 de Outubro. *Estatutos do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ)*.
- Decreto n.º 91/2023 de 29 de Dezembro. *Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior*.
- Decreto n.º 32/2010 de 30 de Agosto. *Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA)*
- Lei n.º 27/2009, de 29 de Setembro - *Lei do Ensino Superior*.
- REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei 4/83. Maputo, I Série Nr. 12, março de 1983.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei 6/92. Maputo, I Série –Nr. 19, maio de 1992.